aurum
Revista Multidisciplinar

ISSN: 3085-7783

A INCLUSÃO NO CONTEXTO ESCOLAR: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA

INCLUSION IN THE SCHOOL CONTEXT: CHALLENGES AND POSSIBILITIES IN CONTEMPORARY EDUCATION

https://doi.org/10.63330/armv2n5-093

Submetido em: 08/06/2026 e Publicado em: 11/06/2026

Danielle de Assis Pereira
Graduanda em Pedagogia - Universidade de Vassouras
E-mail: danisaquarj@gmail.com

Jaqueline Batista Cordeiro
Mestre em Educação
Docente do Curso de Pedagogia da Universidade de Vassouras
E-mail: line0993@gmail.com

Luana Regina Ramos Caldeira da Mata
Mestra em Psicologia
Docente do curso de Pedagogia da Universidade de Vassouras
E-mail: luanareginaramos@gmail.com

Lusinete Guedes Barbosa
Graduanda em Pedagogia - Universidade de Vassouras
E-mail: luguedesmaria@gmail.com

RESUMO

A educação inclusiva configura-se como um dos pilares fundamentais para a construção de sociedades mais justas, democráticas e equitativas, ao assegurar o direito à educação para todos, independentemente de suas especificidades. O presente artigo tem por objetivo discutir a inclusão no contexto escolar, com ênfase nos desafios enfrentados pela educação contemporânea. Justifica-se pela necessidade de compreender e problematizar as barreiras que ainda limitam a participação plena e efetiva de estudantes com deficiência no ambiente educacional. Como objetivo geral, busca-se identificar os principais entraves vivenciados por esses estudantes no cotidiano escolar, bem como analisar estratégias que possibilitem sua superação. No que se refere aos procedimentos metodológicos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e caráter exploratório, fundamentada em referenciais teóricos consagrados na área da educação inclusiva. Os resultados evidenciam a persistência de barreiras de natureza atitudinal, física e pedagógica, as quais comprometem a efetivação de práticas inclusivas, dialogando com os aportes teóricos de Sassaki (1997), Mantoan (2003) e Fiorin (2014), além de dados apresentados pelo Instituto NeuroSaber (2021). Ademais, destaca-se a relevância da formação continuada de professores, da flexibilização curricular e do

compromisso institucional como fatores imprescindíveis para a promoção de uma educação verdadeiramente inclusiva. Conclui-se que a efetivação da inclusão escolar demanda um processo contínuo de transformação das práticas educacionais, fundamentado na equidade, no respeito às diferenças e no fortalecimento de políticas públicas que garantam o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem de todos os estudantes.

Palavras-chave: Inclusão escolar; Educação contemporânea; Barreiras; Educação inclusiva; Práticas pedagógicas.

ABSTRACT

Inclusive education is one of the fundamental pillars for building fairer, more democratic, and equitable societies, as it ensures the right to education for all, regardless of their specific needs. This article aims to discuss inclusion in the school context, with an emphasis on the challenges faced by contemporary education. It is justified by the need to understand and problematize the barriers that still limit the full and effective participation of students with disabilities in the educational environment. The general objective is to identify the main obstacles experienced by these students in everyday school life, as well as to analyze strategies that may contribute to overcoming them. Regarding the methodological procedures, this is a bibliographic study, with a qualitative approach and an exploratory nature, based on established theoretical references in the field of inclusive education. The results reveal the persistence of attitudinal, physical, and pedagogical barriers, which compromise the implementation of inclusive practices, in dialogue with the theoretical contributions of Sassaki (1997), Mantoan (2003), and Fiorin (2014), in addition to data presented by Instituto NeuroSaber (2021). Furthermore, the relevance of continuing teacher education, curricular flexibility, and institutional commitment is highlighted as essential factors for promoting truly inclusive education. It is concluded that the implementation of school inclusion requires a continuous process of transformation of educational practices, based on equity, respect for differences, and the strengthening of public policies that guarantee access, permanence, participation, and learning for all students.

Keywords: School inclusion; Contemporary education; Barriers; Inclusive education; Pedagogical practices.

1 INTRODUÇÃO

A educação inclusiva consolidou-se, nas últimas décadas como um dos pilares fundamentais para a construção de sociedades mais justas, equitativas e democráticas. Conforme estabelecido pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da Organização das Nações Unidas (ONU, 2006) - ratificada

pelo Brasil em 2008 -, a deficiência deixa de ser compreendida como condição exclusivamente individual e passa ser entendida como resultado da interação entre impedimentos e barreiras sociais. Nesse sentido, o documento afirma que a deficiência resulta "da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras comportamentais e ambientais que impedem sua participação plena e efetiva na sociedade" (ONU, 2006). Tal concepção representa um avanço significativo ao deslocar o foco das limitações do indivíduo para responsabilidade social na produção da exclusão.

Corroborando essa perspectiva, a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) defende que as escolas devem acolher todas as crianças, independente de suas condições. O documento preconiza que "as escolas regulares com orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias" (UNESCO, 1994). Dessa forma, a inclusão escolar ultrapassa a mera inserção física, exigindo uma reorganização profunda do sistema educacional, com vistas à valorização da diversidade como constitutivo do processo pedagógico.

Essa compreensão rompe com a lógica tradicional centrada em diagnósticos clínicos e classificações, demandando a reconfiguração das práticas pedagógicas, das políticas educacionais e das estruturas institucionais. A escola, nesse sentido, é convocada a rever seus currículos, metodologias, formas de avaliação e relações interpessoais, de modo a atender às singularidades dos estudantes e promover condições reais de aprendizagem para todos. Nessa direção Sassaki (1997) define barreiras como "qualquer entrave, obstáculo ou atitude que limite ou impeça a participação da pessoa". Posteriormente, o autor reforça que "a inclusão não é apenas estar junto, mas participar ativamente da sociedade" (Sassaki, 2017). Assim, a inclusão implica garantir o envolvimento efetivo dos estudantes no processo de ensino e aprendizagem. Complementando essa análise, Mantoan (2003) afirma que a exclusão escolar não é natural, mas construída socialmente, destacando que "a escola exclui quando não reconhece e valoriza as diferenças dos alunos". Tal entendimento reforça a necessidade de transformação das práticas educativas, de modo a superar modelos homogêneos de ensino que desconsideram a diversidade dos sujeitos.

As contribuições de Vygotsky também são fundamentais para o debate. Segundo o autor "o desenvolvimento do indivíduo ocorre por meio das interações sociais" (Vygotsky, 1997), evidenciando o papel da mediação no processo de aprendizagem. Em outra obra, reforça que o aprendizado humano é essencialmente social, pois "todas as funções do desenvolvimento aparecem primeiro no plano social e depois no individual" (Vygotsky, 2018). Dessa forma, ambientes educacionais inclusivos devem favorecer a interação, a colaboração e a participação ativa dos alunos.

No contexto contemporâneo, entretanto, a efetivação da inclusão escolar ainda enfrenta desafios complexos. A comunicação acessível, conforme destaca Fiorin (2014), é um elemento essencial, envolvendo não apenas a linguagem verbal, mas também a adaptação de materiais e o uso de recursos

pedagógicos diversificados. Segundo o autor, a linguagem é um instrumento fundamental de interação social e construção de sentidos (Fiorin, 2014), o que reforça sua importância no contexto inclusivo.

Apesar dos avanços legais e teóricos, ainda persistem obstáculos significativos no cotidiano escolar, como a falta da infraestrutura adequada, barreiras atitudinais e a insuficiente formação docente. Nesse sentido, Gajardo (2020) afirma que a inclusão requer "mais do que adaptações técnicas, uma transformação cultural nas instituições educacionais". Da mesma forma, Pereira (2021) e Cunha (2020) destacam que a educação inclusiva deve ser compreendida um compromisso coletivo, envolvendo todos os sujeitos da comunidade escolar na construção de práticas mais equitativas.

Diante desse cenário, este estudo tem como objetivo geral analisar os principais desafios enfrentados por estudantes em contextos de educação inclusiva, bem como investigar estratégias para superação. Como objetivos específicos, busca-se: compreender os fundamentos teóricos da educação inclusiva; examinar os direitos das pessoas com deficiência: identificar as principais barreiras presentes no ambiente escolar; analisar seus impactos no processo de aprendizagem; e propor práticas pedagógicas inclusivas.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de abordagem qualitativa, de natureza básica, com objetivos exploratórios e descritivos. A escolha dessa abordagem justifica-se pela necessidade de compreender os fenômenos educacionais em suas múltiplas dimensões. Quanto aos procedimentos, configura-se como pesquisa bibliográfica, baseada em autores como Sassaki (1997), Mantoan (2003), e Vygotsky (1997), além de documentos normativos como a declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006).

A presente pesquisa configura-se como um estudo de natureza bibliográfica, ancorada em uma abordagem qualitativa e de caráter exploratório, conforme delineado por Gil (2022). Tal delineamento metodológico justifica-se pela necessidade de aprofundamento teórico-conceitual acerca das temáticas investigadas, privilegiando a análise interpretativa e a problematização crítica dos referenciais disponíveis na literatura científica. A abordagem qualitativa, nesse contexto, permite compreender os fenômenos educacionais a partir de suas múltiplas dimensões simbólicas, históricas e socioculturais, afastando-se de perspectivas meramente descritivas ou quantitativas.

O procedimento metodológico fundamenta-se na revisão fundamenta-se na revisão sistemática e crítica de produções acadêmicas, incluindo livros, artigos científicos e documentos teóricos relevantes, selecionados com base em critérios de pertinência temática, consistência epistemológica e reconhecimento no campo educacional. A análise do material bibliográfica orienta-se por uma perspectiva hermenêutico-interpretativa, visando à identificação de categorias analíticas que possibilitem a compreensão das interfaces entre inclusão, prática pedagógicas e formação docente.

O referencial teórico que sustenta a investigação apoia-se prioritariamente, nas contribuições de Sassaki (1997), no que concerne aos princípios da inclusão social e educacional e à redefinição dos paradigmas de integração; Mantoan (2003), cuja produção teórica problematiza a estrutura da escola tradicional e propõe a construção de espaços educativos inclusivos, equitativos e democráticos; e de Fiorin (2014), que oferece subsídios para análise dos processos discursivos e das práticas de linguagem no contexto educacional. A articulação entre esses atores permite a constituição de um arcabouço teórico interdisciplinar, indispensável à compreensão crítica do objeto de estudo.

A investigação busca, assim, examinar de que forma a literatura especializada, quando incorporada de maneira sistemática e intencional às propostas pedagógicas, pode potencializar processos formativos de caráter emancipatório. Parte-se do pressuposto de que a mediação teórica qualificada contribui para a ressignificação das práticas educativas, favorecendo a formação de sujeitos críticos e a consolidação de uma educação comprometida com os princípios da equidade, da diversidade e da justiça social.

Ademais, a opção por um estudo exploratório possibilita a ampliação do campo de análise e a problematização de lacunas existentes na produção científica, contribuindo para o avanço das discussões no âmbito da educação inclusiva. Nesse sentido, a metodologia adotada não se limita à sistematização do conhecimento produzido, mas propõe a construção de inferências analíticas que possam subsidiar práticas, críticas e socialmente comprometidas.

2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA E DESAFIOS NO CONTEXTO EDUCACIONAL

O presente estudo tem como objetivo geral analisar e compreender os principais entraves enfrentados por estudantes com deficiência no ambiente escolar, considerando as dimensões pedagógicas, estruturais, sociais e atitudinais que impactam diretamente seu processo de aprendizagem e inclusão. Busca-se identificar de forma crítica os fatores que dificultam a plena participação desses estudantes, tais como a falta de recursos adequados, formação docente insuficiente, limitações na acessibilidade física e comunicacional, bem como preconceitos e estigmas ainda presentes no contexto educacional.

Além disso, pretende-se investigar estratégias viáveis e eficazes que contribuam para superação dessas barreiras, promovendo um ambiente escolar mais equitativo, inclusivo e acolhedor. Entre essas estratégias, destacam-se a implementação de práticas pedagógicas inclusivas, o uso de tecnologias assistivas, a capacitação contínua de professores e profissionais da educação, bem como o fortalecimento de políticas públicas voltadas à educação inclusiva.

Dessa forma, o estudo visa não apenas identificar problemas, mas também propor caminhos concretos que favoreçam a garantia do direito à educação de qualidade para todos, respeitando as especificidades e de cada estudante.

Compreender a educação inclusiva implica ir além da simples inserção de alunos com deficiência no ambiente escolar. Trata-se de um paradigma educacional que valoriza a diversidade humana, reconhecendo que todos os estudantes possuem diferentes ritmos, formas de aprendizagem e necessidades específicas. Nesse sentido torna-se essencial analisar seus fundamentos teóricos, que se apoiam em princípios como equidade, igualdade de oportunidades, respeito às diferenças e valorização da diversidade. Autores da área defendem que a escola inclusiva deve ser um espaço de aprendizagem para todos, com práticas pedagógicas flexíveis e centrada no aluno.

Outro objetivo fundamental consiste em discutir o arcabouço legal que assegura o direito à educação inclusiva. No Brasil, esse direito é garantido por leis e políticas públicas que promovem a inclusão, como a Constituição Federal, a Lei Brasileira de Inclusão (Lei n° 13.146/2015) e a Política Nacional de Educação Inclusiva. Essas normas estabelecem que todos os alunos têm direito ao acesso, à permanência e à aprendizagem na escola regular, com os apoios necessários para o pleno desenvolvimento. Assim, torna-se imprescindível compreender como esses dispositivos legais orientam práticas educacionais mais justas e igualitárias.

A inclusão efetiva ainda enfrenta diversos desafios no cotidiano escolar. Entre as principais barreiras estão as de natureza atitudinal (preconceitos, estigmas e falta de preparo dos profissionais), físicas (ausência acessibilidade arquitetônica e de recursos adequados) e pedagógicas (metodologias inadequadas e currículos pouco flexíveis). Identificar essas barreiras é um passo essencial para compreender as dificuldades enfrentadas pelos alunos com deficiência e, consequentemente, buscar soluções que favoreçam sua participação plena no processo educativo.

Por fim, destaca-se a importância de propor práticas pedagógicas que contribuam para superação dessas barreiras. Isso envolve a adoção de metodologias ativas, o uso de recursos didáticos acessíveis, a adaptação curricular e a formação continuada dos professores. Além disso a promoção de uma cultura escolar inclusiva, baseada no respeito, na empatia e na colaboração, é fundamental para garantir que todos os alunos tenham oportunidades reais de aprendizagem. Dessa forma, a educação inclusiva deixa de ser apenas um ideal e passa a se concretizar na prática cotidiana das escolas.

3 EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DEFINIÇÕES E DISCUSSÕES TEÓRICAS

A educação Inclusiva constitui paradigma educacional orientado à garantia do acesso, da permanência, da participação e da aprendizagem de todos os estudantes, independentemente de suas singularidades. Segundo a UNESCO (1994), a escola inclusiva deve ser capaz de acolher a diversidade, adaptando suas práticas para atender às necessidades de cada um. Sassaki (1997) defini barreiras como obstáculos que limitam a participação social, e Mantoan (2003) reforça que a exclusão é uma construção social passível de desconstrução por meio de reformas estruturais e pedagógicas.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da (ONU), promulgada em 2006, representa um marco internacional ao assegurar o direito à educação inclusiva em todos os níveis de ensino, sem qualquer forma de discriminação e com igualdade de oportunidades. Esse documento estabelece que os Estados devem garantir sistemas educacionais inclusivos capazes de atender às necessidades específicas de cada estudante, promovendo seu pleno desenvolvimento humano e social.

No Brasil, esse compromisso é reforçado por importantes dispositivos legais, como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência - Lei n° 13.146/2015) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei n° 9.394/1996). Essas legislações não apenas asseguram o acesso à educação, mas também orientam a construção de um ambiente escolar inclusivo, que respeite a diversidade e promova a participação ativa de todos os alunos no processo de aprendizagem.

Nesse contexto, a inclusão educacional vai além da garantia de acessibilidade física, abrangendo também recursos pedagógicos, tecnológicos e metodológicos adequados. Destaca-se, nesse sentido, o Atendimento Educacional Especializado (AEE), que desempenha um papel fundamental ao oferecer suporte complementar e/ou suplementar à formação dos estudantes com deficiência. O AEE contribui para eliminação de barreiras, favorecendo o desenvolvimento das habilidades individuais e a autonomia dos alunos.

Além disso, é essencial que as instituições de ensino invistam na formação continuada de professores, na adaptação curricular e na utilização de práticas pedagógicas inclusivas de modo a assegurar que todos os estudantes tenham condições reais de aprender e se desenvolver. Assim, a educação inclusiva se consolidado como um instrumento de justiça social, promovendo equidade, respeito às diferenças e o exercício pleno da cidadania.

As barreiras que dificultam a inclusão escolar de pessoas com deficiência são multifacetadas interdependentes e se manifestam em diferentes dimensões do contexto educacional. Entre elas, destacam-se as barreiras atitudinais, que se expressam por meio de preconceitos, estigmas e baixas expectativas em relação às capacidades dos estudantes. Essas barreiras são frequentemente consideradas as mais difíceis de superar, pois estão enraizadas em construções sociais e culturais, exigindo mudanças profundas de mentalidade por parte de toda a comunidade escolar. Nesse sentido, Mantoan (2003) ressalta que a inclusão escolar implica uma transformação paradigmática da escola, que deve abandonar práticas excludentes e valorizar a diversidade como princípio educativo. Corroborando esse entendimento, Sassaki (1997) afirma que atitudes discriminatórias constituem um dos principais entraves à construção de uma sociedade inclusiva.

Paralelamente, as barreiras físicas referem-se à ausência ou inadequação de acessibilidade arquitetônica nas instituições educacionais, como a falta de rampas, elevadores, sinalização tátil e mobiliário adaptado. Tais limitações comprometem a autonomia e a participação plena dos estudantes com

deficiência nos espaços escolares. De acordo com Carvalho (2010), a acessibilidade é um elemento fundamental para garantir a equidade no acesso à educação, sendo condição básica para efetivação da inclusão. Além disso, a escassez de recursos materiais acessíveis, incluindo tecnologias assistivas, contribui para manutenção de práticas excludentes.

No âmbito pedagógico, as barreiras se relacionam às necessidades de adoção de práticas educativas inclusivas que contemplem a diversidade de estilos e ritmos de aprendizagem. Isso envolve o uso de metodologias flexíveis, a adaptação de materiais didáticos e a implementação de estratégias diferenciadas de avaliação. Para Vygotsky (1997), o desenvolvimento humano ocorre por meio da interação social, o que reforça a importância de ambientes escolares inclusivos que favoreçam a participação de todos os alunos. Nessa perspectiva, a formação continuada dos docentes torna-se essencial, uma vez que muitos profissionais ainda não se sentem preparados para atender às demandas da educação inclusiva. Segundo Novóa (1992), a formação docente deve ser contínua e reflexiva, permitindo ao professor ressignificar sua prática pedagógica diante das novas exigências educacionais.

Fiorin (2014) destaca ainda a importância da comunicação acessível, considerando suas diversas formas, como a Língua Brasileira de Sinais (Libras), o uso de recursos visuais, áudio descrição e linguagem simples. A ausência desses recursos pode comprometer significativamente o processo de ensino e aprendizagem, limitando o acesso ao conhecimento. Nesse contexto, autores como Skliar (2006) enfatizam a necessidade de reconhecer as especificidades linguísticas e culturais das pessoas com deficiência, especialmente no caso da comunidade surda.

Esses desafios são corroborados pelo Instituto (2021), que aponta a falta de capacitação docente, a infraestrutura inadequada e a escassez de recursos financeiros como fatores que intensificam as dificuldades para efetivação de uma educação inclusiva de qualidade. Ademais, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) reforça a importância de sistemas educacionais que assegurem o acesso à participação e a aprendizagem de todos os estudantes. Assim, torna-se imprescindível o investimento em políticas públicas, formação profissional e sensibilização social, visando à construção de um ambiente equitativo e acolhedor para todos.

A educação inclusiva constitui um paradigma educacional que transcende a mera integração física de estudantes com deficiência em salas de aula regulares, propondo uma reestruturação profunda das culturas políticas e práticas das instituições de ensino. Diferente da lógica integracionista – que exigia que o aluno se adaptasse ao sistema -, a perspectiva inclusiva fundamenta-se na premissa de que a escola deve ser flexível o suficiente para atender à diversidade humana, removendo as barreiras que impedem o acesso ao conhecimento.

Sob o prisma da Teoria Histórico-Cultural de Lev Vygotsky, a educação inclusiva ganha contornos de necessidade pedagógica. Vygotsky, ao abordar a “defectologia”, argumenta que a limitação do sujeito

não reside estritamente em sua condição biológica, mas na inadaptação das mediações sociais e pedagógicas oferecidas pelo meio. Para o autor, a deficiência é um desafio social que pode ser superado por meio de mediações adequadas, as quais ampliam a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) do estudante. Nesse sentido, a inclusão não é um favor concedido, mas uma condição indispensável para que o indivíduo internalize signos e ferramentas culturais necessários à sua autonomia.

Essa compreensão dialoga diretamente com o modelo Social da Deficiência, que fundamenta marcos legais como a Convenção da ONU (2006) e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei n° 13.146/2015). Sob essa ótica, a deficiência deixa de ser vista como um atributo médico ou uma deficiência individual, passando a ser compreendida como resultado da interação entre o indivíduo e as barreiras - atitudinais, físicas e comunicacionais – impostas pelo ambiente. Assim, a escola inclusiva assume o compromisso ético de identificar e eliminar tais barreiras, garantindo o direito à educação sob o princípio da equidade.

Paralelamente, o debate contemporâneo, influenciado por teóricos como Boaventura de Sousa Santos, propõe a transição de uma "pedagogia da igualdade" – que muitas vezes homogeneíza o ensino – para uma "pedagogia da diferença". Esta última defende o direito à singularidade, reconhecendo que a diversidade é um elemento enriquecedor do processo de aprendizagem. No entanto, a implementação dese modelo enfrenta desafios significativos, notadamente no que tange ao combate aí capacitismo, à necessidade de uma formação docente que supere o modelo de "aluno padrão" e à urgência de um currículo que, ao mesmo tempo que respeita as especifidades de cada estudante, assegure o acesso ao conhecimento científico sistematizado.

Em suma, a educação inclusiva configura-se como um processo contínuo de transformação institucional. Ela não se limita a garantir a matrícula, mas busca assegurar que todos os estudantes, independentemente de suas condições sensoriais, físicas ou cognitivas, participem efetivamente da vida escolar. A efetivação dessa proposta exige que a escola se constitua como um espaço de diálogo, onde a prática pedagógica seja constantemente tensionada pela ética da diversidade e pelo compromisso com a emancipação humana.

A consolidação da educação inclusiva no Brasil, respalda pela Organização das Nações Unidas por meio da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006), pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, demanda a superação modelos educacionais excludentes e assistencialistas. Nesse contexto, a inclusão não se restringe ao acesso físico do estudo com deficiência à escola regular, mas pressupõe a construção de práticas pedagógicas pautadas na equidade, na participação e na valorização das singularidades humanas. Assim, a articulação entre escola, estudante e família constitui elemento central para efetivação de um processo educativo verdadeiramente inclusivo.

Sob a perspectiva histórico-cultural de Lev Vygotsky, o desenvolvimento humano ocorre por meio das interações sociais e da mediação cultural. O conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP),

formulado pelo autor, evidência que o aprendizado é potencializado quando o indivíduo recebe auxílio de sujeitos mais experientes em seu processo de construção do conhecimento. Nesse sentido, a família ocupa papel primordial na educação da pessoa com deficiência, atuando como mediadora inicial das relações sociais, cognitivas e afetivas. Ao estimular a autonomia, promover experiências de interação e acreditar nas potencialidades do estudante, a família contribui significativamente para ampliação de suas capacidades de aprendizagem e participação social. Dessa forma, a deficiência deixa de ser compreendida apenas sob uma ótica biológica ou limitadora, passando a ser entendida como uma condição que pode ser ressignificada mediante práticas de mediação adequadas.

Paralelamente, José Carlos Libâneo destaca que função social da escola está diretamente relacionada à formação crítica e democrática dos sujeitos. Para o autor, a gestão pedagógica deve fundamentar-se na participação coletiva e na corresponsabilidade entre os diferentes agentes educativos. No âmbito da educação inclusiva, tal concepção implica reconhecer a família como parceira estratégica na elaboração e execução das práticas pedagógicas, especialmente no desenvolvimento do Projeto Político-Pedagógico (PPP) e das ações vinculadas ao Atendimento Educacional Especializado (AEE). Assim, o diálogo entre educadores e familiares favorece a construção de estratégias pedagógicas mais eficazes, capazes de considerar as necessidades específicas do estudante e promover sua aprendizagem de maneira integral.

A aproximação entre as contribuições teóricas de Vygotsky e Libâneo permite compreender que a efetividade da inclusão escolar depende da integração entre os espaços familiar e escolar. Enquanto Vygotsky enfatiza a relevância da mediação social no desenvolvimento cognitivo e humano, Libâneo evidência a necessidade de uma gestão democrática que reconheça a família como sujeito ativo no processo educacional. Desse modo, a inclusão escolar torna-se resultado de uma prática colaborativa, baseada no compartilhamento de responsabilidades e na construção coletiva do conhecimento.

Portanto, a participação da família no contexto da educação inclusiva ultrapassa a dimensão afetiva e assume caráter pedagógico, social e político. Ao atuar conjuntamente com a escola, a família fortalece a garantia dos direitos educacionais da pessoa com deficiência, contribui para desconstrução de práticas capacitistas e favorece a constituição de ambientes escolares mais acessíveis, acolhedores e democráticos. Dessa maneira, a educação inclusiva concretiza-se não apenas como exigência legal, mas como compromisso ético e social voltado a formação integral e à cidadania.

4 BARREIRAS ENFRENTADAS PELOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA

Os resultados obtidos evidenciam que os estudantes com deficiência enfrentam múltiplas barreiras no ambiente escolar, as quais extrapolam a dimensão física e estrutural, abrangendo aspectos atitudinais, pedagógicos e institucionais. Entre essas, destacam-se as barreiras atitudinais, amplamente discutidas por

Mantoan (2003) e Sassaki (1997), que se manifestam por meio de preconceitos, estigmas e resistência à mudança da comunidade escolar.

Essas barreiras estão diretamente relacionadas à permanência de concepções tradicionais de ensino, ainda centradas na homogeneização do aprendizado, o que dificulta a efetiva inclusão. A dificuldade em reconhecer e valorizar as diferenças individuais contribui para exclusão simbólica e prática dos estudantes com deficiência, comprometendo tanto sua participação quanto seu desempenho acadêmico.

Outro fator relevante identificado refere-se à insuficiência de formação docente voltada à educação inclusiva. Conforme destacado pelo Instituto NeuroSaber (2021), muitos profissionais da educação não se sentem preparados para atender às demandas específicas desses estudantes, o que resulta, frequentemente, em práticas pedagógicas excludentes, ainda que não intencionais.

A ausência de preparo adequado impacta diretamente na elaboração de estratégias didáticas, levando à adoção de métodos padronizados que não contemplam a diversidade de estilos e ritmos de aprendizagem. Consequentemente, observa-se a marginalização desses estudantes, seja pela oferta de conteúdo pouco adaptados às suas necessidades.

Nesse contexto, torna-se evidente que a formação continuada de professores é um elemento essencial para promoção da inclusão, uma vez que possibilita o desenvolvimento de competências pedagógicas específicas, bem como a reflexão crítica sobre as próprias práticas educativas.

A análise dos dados também aponta para insuficiência de acessibilidade no ambiente escolar, tanto no que diz respeito à infraestrutura quanto à disponibilidade de recursos pedagógicos adaptados. A acessibilidade deve ser compreendida de forma ampla conforme preconiza Fiorin (2014), incluindo não apenas à eliminação de barreiras arquitetônicas, mas também a garantia de comunicação inclusiva e de materiais didáticos adequados.

A ausência de tecnologias assistivas, de adaptações curriculares de recursos didáticos diversificados limita significativamente o processo de ensino-aprendizagem, impedindo que os estudantes com deficiência tenham acesso pleno ao conhecimento. Dessa forma, a exclusão ocorre de maneira indireta, uma vez que o ambiente escolar não oferece condições equitativas de participação.

Diante dessas constatações, a superação das barreiras identificadas requer a adoção de estratégias integradas e contínuas. Entre as principais possibilidades, destaca-se a implementação de políticas de formação continuada, voltada para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas e inovadoras.

Além disso, a adaptação curricular se apresenta como uma medida fundamental, permitindo a flexibilização dos conteúdos e das metodologias de ensino, de modo a atender às necessidades específicas dos estudantes sem comprometer a qualidade do processo educativo. Essa adaptação deve ser orientada por uma perspectiva inclusiva que valorize as potencialidades individuais e promova a equidade.

Outro elemento central para a superação dessas barreiras é a construção de um ambiente escolar acolhedor e inclusivo, baseado no respeito à diversidade e na promoção da convivência harmoniosa. O engajamento de toda a comunidade escolar – incluindo professores, gestores, estudantes e famílias - é imprescindível para a consolidação de práticas inclusivas efetivas.

Os achados deste estudo reforçam a necessidade de repensar o papel o papel da escola como espaço de formação integral, no qual a inclusão deve ser compreendida como um princípio estruturante e não como uma ação pontual. A promoção de educação inclusiva exigência mudanças profundas nas atitudes dos sujeitos envolvidos no processo educativo.

Assim, a escola deve assumir uma postura ativa na desconstrução de barreiras e na promoção de oportunidades equitativas de aprendizagem. A valorização da diversidade, aliada à implementação de estratégias inclusivas, contribui para o desenvolvimento pleno dos estudantes com deficiência, favorecendo sua autonomia, participação social e construção da cidadania.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação inclusiva constitui-se como um direito fundamental e um processo contínuo que demanda o compromisso coletivo de toda a comunidade escolar e da sociedade. Este estudo evidenciou que as barreiras enfrentadas por estudantes com deficiências no ambiente educacional são complexas e multifatoriais, abrangendo dimensões atitudinais, estruturais e pedagógicas.

Nesse contexto, observa-se que a superação desses obstáculos está diretamente relacionada à formação e a capacitação contínua dos docentes, que deve estar preparados para atuar de forma sensível, crítica e inclusiva. Além disso, destaca-se a necessidade de adaptação das práticas pedagógicas, com a utilização de metodologias diversificadas e recursos acessíveis que atendam às especificidades de cada estudante, promovendo, assim, a equidade no processo de ensino-aprendizagem.

Outro aspecto fundamental refere-se à consolidação de um ambiente escolar acessível, não apenas no que diz respeito à infraestrutura física, mas também à construção de uma cultura institucional pautada no respeito à diversidade, na valorização das diferenças e na promoção da participação plena de todos os alunos. Nesse sentido, o papel do pedagogo e da equipe gestora é central, pois são agentes mediadores na implementação de práticas inclusivas e na articulação entre os diversos sujeitos envolvidos no processo educativo.

Ademais, torna-se imprescindível o fortalecimento de políticas públicas que assegurem recursos, formação adequada e acompanhamento efetivo das práticas inclusivas, garantindo que a inclusão não se limite ao acesso, mas se concretize na permanência com deficiência.

Por fim, sugere-se que pesquisas futuras avancem na análise de metodologias específicas de ensino inclusivo, bem como na investigação do impacto das políticas públicas e das práticas institucionais na

efetivação da educação inclusiva. Assim, será possível contribuir para o aprimoramento das estratégias educacionais e para a construção de um sistema de ensino verdadeiramente democrático e acessível a todos.

REFERÊNCIAS

BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS. A construção multicultural da igualdade e da diferença. Coimbra: Almedina, 2003.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ Constituiçao.htm Acesso em: 22 nov. 2022.

BRASIL. Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. Lei n° 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

CARVALHO, Rosita Edler. Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”. 6. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

FIORIN, José Luiz. Linguagem e interdisciplinaridade. São Paulo: Ática, 2014.

INSTITUTO NEUROSABER. Inclusão escolar: desafios e possibilidades. Londrina: NeuroSaber, 2021. Disponível em: https://institutoneurosaber.com.br. Acesso em 13 maio 2026.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 6. ed. São Paulo: Heccus, 2015

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão Escolar e Diferença. 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MOTTA, Débora. Perfil: Jorge Belizário, educador e coordenador do projeto Jovens Talentos. 2022. Disponível em: https://www.faperj.br/?id=92.7.3 Acesso em: 22 nov. 2022.

MONTEIRO, A. F. As epidemias de cólera e febre amarela em Vassouras-RJ no oitocentos. In: ASSUMPÇÃO, Luis Filipe Bantim de; MONTEIRO, Angelo Ferreira; AUGUSTO, Bruno Brandão. (Org.). Para além do Vale do Café: Ensaios em História, Patrimônio Cultural e Educação. 1. ed. Vassouras: Universidade de Vassouras, 2022. p. 60-88.

MONTEIRO, A. F. A morte de Benjamin Benatar e Miguel Levy em Vassouras-RJ no século XIX. Revista Mosaico, v. 11, n. 1, p. 25-38, 2020.

MONTEIRO, A. F. Redes de sociabilidade em Vassouras no século XIX - o caso Benatar. 1. ed. Vassouras: Edição do Autor, 2007.

NÓVOA, António. Os professores e sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

ONU. Organização das Nações Unidas. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Nova York: ONU, 2006

SASSAKI, Romeu kazumi. Inclusão. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão. Rio de Janeiro, 2017.

SILVA, J. A.; MONTEIRO, A. F. Centro de Memória da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição e da Irmandade Nossa Senhora da Conceição da Freguesia de Vassouras - 'Dr. Joaquim José Teixeira Leite'. In: 4º Congresso de Pesquisa e Extensão do UNIPTAN, 2019, São João del-Rei. Anais do Congresso de Pesquisa e Extensão do UNIPTAN - Número 4. São João del-Rei: Coordenação de Pesquisa e Extensão do UNIPTAN, 2019. p. 459-468. Disponível em: [link]. Acesso em: [data].

SOUZA, H. M. et. al. História com alma: um passeio por Vassouras com Lielza Lemos Machado. 2021.

Vídeo. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=FU6oU2H8sJ4. Acesso em: 24 nov. 2022.

SKLIAR, Carlos. A surdez: um olhar sobre as diferenças. 4. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. A formação social da mente. O desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7. ed. São Paulo, 2007

VYGOTSKY, Lev Semenovich. A formação social da mente. São Paulo, 2018.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. Fundamentos de defectologia. In: Obras escogidas. Madrid: Visor, 1997. v. 5.